➤ RECURSOS URGENTES

Com déficit mensal de R$ 4,2 milhões, hospital de Jundiaí busca novos recursos para amenizar a crise financeira da instituição

Novo superintendente do São Vicente aponta corte de R$ 2 milhões por mês

LUCIANA MÜLLER
lmuller@jj.com.br

Aos 37 anos, o administrador hospitalar Matheus Siqueira Gomes vive um dos seus maiores desafios na carreira. Desde a semana passada, ocupa o cargo de superintendente do Hospital São Vicente de Paulo (HSVP). Em grave crise financeira, a instituição de saúde de Jundiaí - referência em toda a Região em atendimento de alta complexidade - precisa enxugar R$ 2 milhões dos custos mensais (cerca de R$ 14 milhões), além de conseguir o mesmo volume por outros convênios para dar início ao equilíbrio financeiro. A dívida, sem os tributos e parcelamentos, é de R$ 22 milhões.

Gomes trabalhava até o ano passado no Hospital Municipal de Mogi das Cruzes (SP), onde recebeu prêmios por elevar a qualidade do atendimento - que é pelo Sistema Único de Saúde (SUS) - e do meio ambiente sustentável. "Sem dúvida, o São Vicente é um grande desafio que tenho por se tratar de uma crise financeira deste porte. Pela história da instituição, não há comparação com outros períodos difíceis. Já trabalhei aqui, em 2008, por alguns meses, antes de ir para o Hospital Universitário (HU). Naquela época, a empresa administradora (Pró-Saúde) já havia sanado o problema", conta.

Com um plano de ação já em andamento e construído pelo Comitê de Crise, o superintendente - que também faz parte do grupo responsável por dirigir o hospital desde a posse da gestão de Luiz Fernando Machado (PSDB) - comenta que está em vias de efetivação a contratação de uma empresa especializada em consultoria para rever os processos hospitalares e indicar onde poderão ser realizadas as economias. "Somente essa empresa poderá indicar quais são os departamentos que estão subdimensionados e os que estão superdimensionados. Tudo é questão de produtividade. A contratação dessa empresa será feita pela prefeitura", adianta.

Segundo Gomes, a intenção é cortar pela metade o déficit mensal de R$ 4,2 milhões, já que o convênio com a administração municipal é de aproximadamente R$ 10 milhões, e o custo, de R$ 14 milhões. Ao mesmo tempo, existe a busca por aportes do Estado e da Federação, pelo menos, no mesmo valor do corte, para começar a equilibrar o orçamento mensal. De onde sairão os cortes, o superintendente não detalha, mas afirma que, mesmo em situações críticas, sempre há onde economizar. "É preciso fazer uma gestão eficiente dos recursos. Não pedir exames em duplicidade, reduzir o tempo de internação dos pacientes nos leitos e focar no referenciamento dos pacientes da Região. O São Vicente é um hospital de alta complexidade. Os casos de baixa e média apenas oneram o atendimento e ocupam leitos de atendimentos mais específicos", analisa.

Custos

Para desmembrar a crise, o hospital já vem detalhando os custos por setores, inclusive separando os convênios, também anexados ao São Vicente como o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), Programa de Saúde da Família (PSF) e Pronto-Atendimento. "Temos um sistema que precisa ser melhorado. São mais de 2 mil funcionários na folha de pagamento", ressalta.

Representante dos vicentinos e procurador do HSVP, Denilson Cardoso de Sá prefere não detalhar ainda um horizonte para que o hospital saia do buraco. "Temos um sistema informatizado que é um dos mais avançados do Brasil. Temos apenas que investir um pouco para conseguir integrar com o sistema de laboratórios, por exemplo. Essa será uma economia visível", aponta, sem dar prazos para o investimento.

RUI CARLOS

MATHEUS SIQUEIRA GOMES Novo superintende do HSVP enxuga gastos e busca verbas externas para equilibrar contas do hospital

➤ 6 MESES DEPOIS

Palácio da Alvorada recebe moradores

Quase seis meses após assumir em definitivo a Presidência da República, o presidente Michel Temer se mudou para o Palácio da Alvorada com a família.

Temer retornou de viagem a São Paulo, onde se encontrou com aliados para discutir nomes para o Ministério da Justiça, e desde a noite de sexta-feira (17) ocupa a residência oficial, junto com a família, composta pela mulher, Marcela, e o filho caçula, Michelzinho.

Funcionários da Presidência fizeram a mudança no fim da semana, após o término da reforma pela qual passou o palácio - que voltou, inclusive, a abrir para visitação, às quartas-feiras.

Segundo auxiliares de Temer, o Palácio do Jaburu, residência oficial da vice-presidência da República, onde Temer morava, servirá de local para algumas reuniões políticas, visto que a primeira-dama se incomoda com o fluxo intenso de aliados e parlamentares.

Ontem (18), Temer permaneceu em Brasília e recebeu a visita de alguns ministros e assessores. O objetivo foi discutir uma alternativa ao nome do ex-ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Carlos Mário Velloso, que negou o convite do presidente para assumir o Ministério da Justiça.

A expectativa é que o novo indicado de Temer seja anunciado somente após a sabatina de Alexandre de Moraes, indicado ao STF, no Senado, na terça-feira (21).

Entre os nomes na bolsa de apostas, estão o vice-procurador-geral da República, José Bonifácio de Andrada, o deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), entre outros. (**Folhapress**)

➤ PREVIDÊNCIA

STF dá dez dias para que presidente Temer e deputados expliquem reforma

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello deu prazo de dez dias para que o presidente da República, Michel Temer, e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, prestem informações sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, que trata da reforma da Previdência. A solicitação de Mello é feita após recebimento de um mandado de segurança, impetrado por 28 deputados de oposição.

A ação pede a anulação dos atos que levaram à tramitação da PEC na Câmara. Os deputados alegam que o governo não apresentou um estudo atuarial, necessário para confirmar o desequilíbrio nas contas da Previdência e a consequente necessidade de alteração nas regras. O ministro da Suprema Corte deve aguardar as informações solicitadas antes de decidir sobre o acolhimento ou não do mandado de segurança. O acolhimento significaria a suspensão da tramitação da matéria na Câmara.

Mello também pede informações do presidente da Comissão Especial destinada a debater o tema na Câmara, o deputado Carlos Marun (PMDB/MS), e do presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara (CCJ), cujo nome ainda não foi definido. Quando a PEC foi acolhida na Câmara, em dezembro do ano passado, o presidente da CCJ era Osmar Serraglio (PMDB/PR).

AGÊNCIA BRASIL

EM FALTA Segundo deputados de oposição Temer deixou de apresentar dados atualizados

Oposição

Os deputados alegam que estudo atuarial é requisito obrigatório para confirmar o desequilíbrio nas contas da Previdência e a necessidade de alteração nas regras."Não se trata de mera orientação para a gestão administrativa. O estudo atuarial é requisito formal para a regularidade material das condições previdenciárias em qualquer regime, em especial quando objeto de alteração constitucional", diz um trecho da ação.

A oposição argumenta ainda que a elaboração da PEC ocorreu "à revelia do Conselho Nacional de Previdência Social". " órgão superior da Administração Federal de deliberação colegiada, com representação dos trabalhadores e do governo, cuja finalidade, entre outras, é justamente a de discutir assuntos de interesse previdenciário dos trabalhadores", dizem os deputados. (**Agência Brasil**)

Supremo abre caminho para retomada de projeto de medidas contra a corrupção

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux arquivar o processo que suspendeu a tramitação do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados (PL) 4.850/16, que trata das Dez Medidas de Combate à Corrupção, proposta de iniciativa popular apoiada pelo Ministério Público Federal (MPF). A decisão foi tomada após o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, informar ao ministro que a Casa vai checar a veracidade de 2 milhões de assinaturas de cidadãos que apoiaram a medida.

No despacho, Luiz Fux decidiu extinguir o processo. A partir de agora, a Câmara poderá fazer as modificações que bem entender no projeto e o texto voltará a tramitar na Casa.

Em dezembro, Fux suspendeu a tramitação da matéria, anulando todas as fases percorridas pelo projeto, inclusive as diversas alterações às medidas propostas inicialmente pelo Ministério Público, como a inclusão dos crimes de responsabilidade para punir juízes e membros do Ministério Público. A votação n^ Câmara ocorreu na madrugada do dia 30 de novembro. (**AB**)

➤ PARTIDOS PUNIDOS

Falta a participação política feminina

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) decidiu punir nove partidos políticos por não terem destinado 10% do seu tempo de propaganda gratuita de rádio e TV para incentivar a participação das mulheres na política, conforme determina uma regra da Lei dos Partidos Políticos.

Com a decisão, os partidos punidos foram PT, PSB, PMDB, PC do B, PR, PSD, PSC, PHS e PRB. Como sanção, as legendas perderão tempo de inserção gratuita em rádio e TV a que teriam direito durante o primeiro semestre de 2017.

O artigo 45 da Lei dos Partidos (lei 9.096/1995) determina que as legendas devem "promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10% (dez por cento) do programa e das inserções".

Para o relator das ações que resultaram nas punições, ministro Herman Benjamin, não basta a veiculação de mensagens favoráveis à participação política feminina para que a regra seja cumprida, sendo necessário que as próprias mulheres figurem como protagonistas nas inserções.

"Penso que o objetivo da lei é acabar com o sistema em que os homens se autointitulam representantes naturais da mulher. A norma pretende fazer a mulher reconhecer que ela é cidadã igual ao homem, com voz própria para defender seus direitos", afirmou Benjamin em seu voto. (FP)